



ISENÇÃO DA COFINS:

Módulo 6.2 – Tributos - Planilha de Custos e Formação de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2021

Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA

JUSTIFICATIVA

Objetivando prestar o mais cristalino esclarecimento possível ao Excelentíssimo (a) Pregoeiro(a) em relação a isenção tributária quanto à COFINS de que faz jus a BEM BRASIL, servimo-nos deste expediente para demonstrar o embasamento legal e jurisprudencial que fundamentam tão isenção.

DO LEGISLAÇÃO

Ab initio, cumpre destacar onde está na legislação pátria a isenção apontada. Conforme preleciona a MP nº 2158-35 em seu art. 14, inciso X, quando trata do COFINS, diz estarem imunes as receitas **relativas às atividades próprias das entidades a que se refere o art. 13.** E dentre as entidades a que se referem este art. 13, **estão as associações civis como a BEM BRASIL.** Senão vejamos:

IV-instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997; [Grifo Nosso]

E novamente esta isenção é ratificada por força do art. 10 da Lei 10.833/03 que alterou a Legislação Tributária Federal, mas manteve as isenções de COFINS **com relação às pessoas jurídicas como a BEM BRASIL.**

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º: [\(Produção de efeito\)](#)

I - as pessoas jurídicas referidas nos [§§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998](#), e na [Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983](#);

Cumpramos trazer ainda em evidência a Lei nº 9.532/97 quando trata da isenção quanto à COFINS é literal quanto às Associações Civis sem fins lucrativos em seus arts. 12 a 15, e em especial apontamos aqui o art. 15 que é taxativo neste sentido.

Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico **e as associações civis** que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. **[Grifo Nosso]**



Do acervo legal trazido à baila quanto ao tema em comento, destaca-se alguns elementos de que se preocupou o legislador em condicionar para que a pessoa jurídica faça jus à isenção, dando destaque em especial **que a prestação do serviço desempenhado tenha correlação com aquilo para o qual ela foi instituída** – e aqui se enquadra perfeitamente também a BEM BRASIL.

Conforme já demonstrado a BEM BRASIL qualifica-se como uma associação civil sem fins lucrativos, e conforme a leitura do Estatuto da BEM BRASIL, mais especificamente em seu **art. 5º, inciso 5.1.2**, sempre na persecução da garantia do direito social ao trabalho, há a possibilidade de atuar junto ao setor público na oferta de postos de trabalho terceirizados, remunerados e qualificados, por meio da participação em processos licitatórios, em suas distintas modalidades, quer sejam presenciais ou eletrônicas. Outrossim, há a previsão de serviços terceirizados executados junto ao setor público nas mais diversas áreas, inclusive serviços de apoio administrativo. É oportuna a leitura do item:

5.1.5 Prestação de serviços terceirizados executados junto ao setor público ou privado, à exemplo das atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, agentes de portaria, agente de limpeza pública, agente de manutenção, merendeira, agente de captura de animais, auxiliares operacionais de serviços diversos, transporte, motoristas, pedreiro, serralheiro, rasteleiro, servente, encarregado, cozinheiro, auxiliares de cozinha, maqueiro, informática, copeiragem, digitação, recepção, secretariado, apoio administrativo, carregadores, reprografia, telecomunicações, manutenção de prédios, eletricista, pintor, motoboy, mecânico, jardineiro, enfermeiros, técnicos de enfermagem e higiene dental, psicólogos, fisioterapeutas, equipamentos e instalações, dentre outros profissionais e equipamentos.

Assim, em havendo paridade entre os requisitos legais para concessão da isenção e os atos constitutivos da BEM BRASIL, neste caso evidenciado através de seu Estatuto Social, é nítido que esta licitante de fato faz jus, à isenção outrora alegada, **vez que há notória coerência entre a finalidade da licitante e a atividade por ela desenvolvida**, cumprindo assim os requisitos legais de admissibilidade.

DO ASPECTO ADMINISTRATIVO

Para guiar melhor o bom desempenho dos Processos Licitatórios e as Contratações em Geral, não raro a Administração serve-se de Instruções Normativas e Soluções de Consulta para auxiliar em esclarecimentos relevantes. Apesar de já estar pacificada a isenção de COFINS para Associações Cíveis Sem Fins Lucrativo como a presente licitante, ainda há algumas dúvidas na legislação supracitada. Destarte, parece-nos deveras relevante trazer à baila a **Instrução Normativa nº 1911/2019 da própria Receita Federal do Brasil**.

Art. 7º Não são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita

Matriz – Av. Ibirapuera, nº. 2033, CJ 81-Bairro - Moema – CEP: nº 04.029-901 – Ed. Edel Trade Center - Fone: (11) 4837-5794 - São Paulo (SP)

Unidade Sudeste/Sul/Centro Oeste – Av. Copacabana, 325 /15º - Sls 1511/1512 – CEP:06.472-001 - Ed.Emp.18 do Forte – Fone: (11) 3090-5858 - Barueri (SP)

Unidade Norte/Nordeste - Rua Altair n.º 89, Recanto do Vinhais - CEP: nº 65.070-040 – Fone: (98) 3181-7926 - São Luís (MA)

www.bembrasilbr.org.br



ou o faturamento as seguintes entidades (Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 13):

[...]

III - instituições de educação e de assistência social a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

IV - Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997;

[...]

Art. 23. São isentas da Cofins as receitas decorrentes das atividades próprias das entidades relacionadas nos incisos do caput do art. 7º, exceto as receitas das entidades beneficentes de assistência social, as quais deverão observar o disposto no art. 24 (Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, inciso X; e Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, art. 29).

§ 1º Consideram-se receitas decorrentes das atividades próprias somente aquelas provenientes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

§ 2º Consideram-se também receitas derivadas das atividades próprias aquelas decorrentes do exercício da finalidade precípua da entidade, ainda que auferidas em caráter contraprestacional.

Art. 24. As entidades beneficentes certificadas na forma da Lei nº 12.101, de 2009 [CEBAS], e que atendam aos requisitos previstos no caput do art. 29 daquela Lei farão jus à isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a totalidade de sua receita (Lei nº 12.101, de 2009, art. 29).

Conforme já explicitado anteriormente, **há correlação nítida e necessária entre as prestações de serviço executadas pela BEM BRASIL e a sua finalidade enquanto instituição.** Nesta senda, destaque-se que, os rendimentos auferidos pela BEM BRASIL em razão da prestação de serviços no âmbito da locação de mão de obra terceirizada, ainda que em caráter contraprestacional, uma vez que sejam aportados à consecução da finalidade essencial, ou seja a promoção do trabalho, emprego e renda, podem constituir meios eficazes para o cumprimento dos seus objetivos e inserir-se entre as atividades próprias desta, se a realização de tais atos guardar pertinência com as atividades descritas no ato institucional, em especial previsto no art 5º do Estatuto da BEM BRASIL (Anexo).

Nesse mesmo sentido é o que se depreende da leitura do § 2º do art. 23 da IN RFB nº 1.911, de 2019, ao considerar também receitas derivadas das atividades próprias aquelas decorrentes do exercício da finalidade precípua da entidade, ainda que auferidas em caráter contraprestacional.

Dessa forma, observa-se que o art. 32 e 85 do estatuto da licitante prevê que a receita será inteiramente aplicada no atendimento de seus objetivos e finalidades, e os superávits e déficits de cada exercício serão incorporados ao patrimônio da instituição. – estando uníssono com o que preleciona a doutrina e a legislação. In verbis:

Art. 32 – Não receber seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por

Matriz – Av. Ibirapuera, nº. 2033, CJ 81-Bairro - Moema – CEP: nº 04.029-901 – Ed. Edel Trade Center - Fone: (11) 4837-5794 - **São Paulo (SP)**

Unidade Sudeste/Sul/Centro Oeste – Av. Copacabana, 325 /15º - Sls 1511/1512 – CEP:06.472-001 - Ed.Emp.18 do Forte – Fone: (11) 3090-5858 - **Barueri (SP)**

Unidade Norte/Nordeste - Rua Altair n.º 89, Recanto do Vinhais - CEP: nº 65.070-040 – Fone: (98) 3181-7926 - **São Luís (MA)**

www.bembrasilbr.org.br



qualquer forma de título, em razão da competência, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.”

Art. 85 – O Instituto BEM BRASIL aplica suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos institucionais, integralmente no território nacional, sendo proibido, em qualquer hipótese, a distribuição de lucros; excessos financeiros; bens ou de parcela do patrimônio líquido, inclusive em caso de desligamento ou morte de seus associados ou membro da instituição.

Por derradeiro, houve recentemente a edição da Solução de Consulta COSIT nº 58/2021, **também da própria RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, do qual consubstanciou os argumento até aqui levantados, demonstrando a razão para concessão de isenção de Cofins para Associações Civas Sem Fins Lucrativos desde que atendam aos requisitos de admissão legais.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. RECEITAS DERIVADAS DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS. CARÁTER CONTRAPRESTACIONAL. DEFINIÇÃO DE FINALIDADE PRECÍPUA DA ENTIDADE.

São isentas da Cofins as receitas decorrentes das atividades próprias desenvolvidas por associação civil sem fins lucrativos que preencha os requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997.

A expressão "atividades próprias" denota o conjunto de serviços ou ações desempenhados pela pessoa jurídica no seu âmbito de atuação. No entanto, é imperativo haver coerência entre a finalidade do ente e a atividade por ele desenvolvida. A previsão, no estatuto ou ato constitutivo da entidade, do exercício de determinada atividade deve guardar coerência com os objetivos da instituição, sob pena de desvio de finalidade.

Consideram-se também receitas derivadas das atividades próprias da entidade aquelas decorrentes do exercício da sua finalidade precípua, ainda que auferidas em caráter contraprestacional. A finalidade precípua da entidade confunde-se com seus objetivos institucionais, previstos no respectivo estatuto ou ato constitutivo, ou seja, é sua razão de existir, o núcleo de suas atividades, o próprio serviço para o qual foi instituída (cf. acórdão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial Representativo de Controvérsia Repetitiva nº 1.353.111-RS, objeto da Nota PGFN/CRJ nº 333, de 2016).

Os rendimentos auferidos pela entidade em razão da locação ou comercialização de bens e prestação de serviços, ainda que em caráter contraprestacional, uma vez que sejam aportados à consecução da finalidade precípua, podem constituir meios eficazes para o cumprimento dos seus objetivos e inserir-se entre as atividades próprias daquela, se a realização de tais atos guardar pertinência com as atividades descritas no respectivo ato institucional e desde que a entidade favorecida não se sirva da exceção tributária para, em condições privilegiadas, concorrer com pessoas jurídicas que não gozem da isenção.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 32; Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 a 15; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13, IV, e 14, X; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 7º, IV, 23, §§ 1º e 2º; 151, I e § 1º, e 765, II; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CRJ nº 333, de 2016.



DO CERTIFICADO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

De notória relevância é compreender inicialmente a diferença doutrinária entre **isenção** e **imunidade tributária**, isto porque a Lei Complementar nº 187/2021 traz em seu texto a expressão “**referente à imunidade de contribuições à seguridade social**” em seu Preâmbulo. Como já demonstrado anteriormente, a BEM BRASIL não está amparada por esta Lei Complementar por **não ser Entidade Beneficente detentora de CEBAS**. Ademais, é importante observar que associações civis como a BEM BRASIL não gozam de imunidade neste aspecto – **imunidade tributária é**, portanto, a não incidência tributária qualificada constitucionalmente – no presente caso, o dispositivo constitucional que se faz referência é o art. 195 da Constituição Federal, do qual não possui correlação nenhuma com esta licitante.

Esta licitante por outro lado, como já se demonstrou em momento oportuno, é sim **isenta** da incidência de COFINS em decorrência do arcabouço legal que o valida – **a isenção tributária é**, portanto, a não incidência ou mesmo a dispensa legal do pagamento do tributo. Ao contrário das imunidades, que não se alteram com o tempo, a isenção tributária de COFINS, por exemplo, pode ser afastada com alteração legislativa. No presente cenário, conforme declarado na Instrução Normativa nº 1911/19 da Receita Federal, a incidência da isenção ainda persiste. **O próprio Tribunal de Contas da União, em recente processo licitatório, já reconheceu a isenção da BEM BRASIL quanto à Cofins conforme Termo de Adjudicação que apresentamos em anexo (Anexo I).**

ASSOCIAÇÃO CIVIL, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE NO MOMENTO, GOZA DA ISENÇÃO DA COFINS.

Com intuito de tornar mais claro ainda a qualificação jurídica da BEM BRASIL, convém destacar que a presente licitante se enquadra como Associação Civil, e não Entidade Beneficente Sem Fins Lucrativos.

Em que pese a referida Instrução Normativa nº 1.911/19 deixar claro em seu art. 24 que as entidades beneficentes de que trata a Lei nº 12.101/2009 fazem jus à isenção da Cofins, e no que diz respeito à BEM BRASIL este aspecto não parte desse pressuposto:

Cumprir destacar que recentemente foi editada a Lei Complementar nº 187 em 16 de dezembro 2021, da qual revogou a Lei nº 12.101/09 acima mencionada e passou a regular a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à **IMUNIDADE(não se está referindo a isenção)** de contribuições à **seguridade social de que trata o § 7º do art. 195** da Constituição Federal e dá outras

Matriz – Av. Ibirapuera, nº. 2033, CJ 81-Bairro - Moema – CEP: nº 04.029-901 – Ed. Edel Trade Center - Fone: (11) 4837-5794 - **São Paulo (SP)**

Unidade Sudeste/Sul/Centro Oeste – Av. Copacabana, 325 /15º - Sls 1511/1512 – CEP:06.472-001 - Ed.Emp.18 do Forte – Fone: (11) 3090-5858 - **Barueri (SP)**

Unidade Norte/Nordeste - Rua Altair n.º 89, Recanto do Vinhais - CEP: nº 65.070-040 – Fone: (98) 3181-7926 - **São Luís (MA)**

www.bembrasilbr.org.br



providências. Nesta Lei Complementar em específico mantem-se que a certificação é devida a **Entidades Benéficas** e **NÃO para Associações Cívis** – há bem claro no art. 2º da Lei Complementar supracitada essa redação. Vejamos:

Art. 2º Entidade beneficente, para os fins de cumprimento desta Lei Complementar, é a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviço nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, assim certificada na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º **Farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal** as entidades benéficas que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar

Vejamos, Ilustre Pregoeira, que há uma menção ao art. 195 da Constituição Federal, da qual traz a seguinte redação:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

[...] § 7º São isentas de contribuição para a seguridade social **as entidades benéficas de assistência social** que atendam às exigências estabelecidas em lei. [Grifamos]

Este por outro lado não é o caso da BEM BRASIL, que é Associação Cívis sem fins lucrativos nos termos do art. 53 do Código Cívil, e que há correlação com o art. 5º, Inciso XVII – não há aqui qualquer correlação com uma Entidade beneficente de que trata a referida Lei Complementar. **As isenções da BEM BRASIL residem na sua qualificação jurídica enquanto Associação Cívil** como já evidenciado ao longo do presente, e nunca poderá ser confundida como Entidade Benéfica.

A Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 assegura definitivamente àquelas Instituições que gozam da Certificação de Entidades Benéficas a **IMUNIDADE** das Contribuições da Seguridade Social de que tratam o §7º do Art. 195 da Constituição Federal, por outro lado as Associações Cívis Sem Fins Lucrativos a exemplo da BEM BRASIL gozam da **ISENÇÃO** no caso da COFINS, evento que pode deixar de existir a qualquer momento. Não se pode confundir a garantia da imunidade tratada na Lei Complementar nº 187 com a isenção da Lei nº 9.430/96.

Sem mais para o momento, e considerando os aspectos legais e infranormativos até aqui esclarecidos, torna-se evidente que a BEM BRASIL de fato faz jus à isenção de Cofins, bem como deve ser medida mais cabível admissão de planilha juntada com a cotação zerada, prestigiando os princípios da ampla concorrência e da legalidade previstos no âmbito da Administração.



São Paulo, 02 de Junho de 2022.



Antonio Claudio S. do Nascimento
CPF: 570.849.123-04
BEM BRASIL

Antônio Cláudio da Silva do Nascimento

Representante Legal - BEM BRASIL - CNPJ/MF nº.10.427.965/0001-19